



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

**Eixo temático: Serviço Social, relações de exploração/opressão e resistências de gênero, feminismos,  
raça/etnia, sexualidades**

**Sub-eixo: Relações Patriarcais de gênero, sexualidade, raça e etnia**

## **AJUSTE FISCAL, PERSPECTIVAS ANTIDEMOCRÁTICA E ANTIFEMINISTA NO BRASIL: A GUERRA “ANTIDIREITOS” NA DÉCADA 2011-2020**

**LEIDIANE SOUZA DE OLIVEIRA<sup>1</sup>**

### **RESUMO**

Neste artigo tratamos da dimensão antifeminista como constitutiva do ataque à democracia brasileira no contexto da segunda década dos anos 2000. Para tanto, situamos a articulação entre as dimensões econômica e política da direita brasileira, ao que denominamos guerra “antidireitos”. O recurso ao patriarcado se apresenta em discursos e ações políticas, na dinâmica conservadora do período aqui tratado.

**Palavras-chave:** Ajuste fiscal; perspectiva antidemocrática; antifeminista; guerra antidireitos

### **RESUMEN**

En este artículo abordamos la dimensión antifeminista como constitutiva del ataque a la democracia brasileña en el contexto de la segunda década de los años 2000. Para ello, situamos la articulación entre las dimensiones económica y política de la derecha brasileña. llamamos la guerra “anti-derechos”. El uso del patriarcado aparece en los discursos y acciones políticas, en las dinámicas conservadoras del período aquí discutido.

**Palabras clave:** Ajuste fiscal; perspectiva antidemocrática; antifeminista; guerra contra los derechos

---

<sup>1</sup> Universidade Federal de Campina Grande

## INTRODUÇÃO

Em meio ao contexto de ascensão do conservadorismo e sob os ímpetus da austeridade fiscal como tendências na primeira e segunda década dos anos 2000, se consolida como guerra antidireitos e investida antidemocrática, sobretudo nos últimos cinco anos no Brasil.

Indubitavelmente, o exaurimento da possibilidade das políticas de conciliação de classe impõe uma desconexão do que tratamos como avanços políticos e contraditórios da primeira década do século XXI, processo no qual o social-liberalismo vai sendo ocupado pelo ultraliberalismo e cujos obstáculos para os direitos sociais vão sendo impostos de maneira mais acelerada.

Cabe destacar que, embora haja um salto no modo como a classe dominante (empresários, latifundiários, banqueiros) impõe suas exigências e se apropria com maioria dos espaços decisórios, já havia, na década anterior, uma ocupação sistemática dos espaços considerados democráticos pelos representantes da burguesia, sendo um exemplo disso o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES), conforme demonstrado por Guiot (2015) a partir de sua análise da incidência política de frações do capital nesse órgão.

Não obstante, a hegemonia do capital na conciliação de classes e suas consequências é, sem ineditismos, um projeto que sempre culmina em retrocessos políticos e sociais sem precedentes para a classe trabalhadora, não sendo honesto, do ponto de vista intelectual, tratar elementos como o golpe à democracia materializado no *impeachment* da presidenta Dilma Rousseff e a eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, como fenômenos que se fundaram e se desenvolveram no curto período dos últimos cinco anos.

### **Ajuste fiscal, ofensiva conservadora e antifeminista**

As investidas patriarcais e a resistência feminista, com fortes expressões em 2015, são questões que mantém relação direta com o avanço da direita nesse período no mundo, e, de modo substancial, no Brasil.

As manifestações populares de 2013 no Brasil, denominadas “Jornadas de Junho”, são tomadas em várias análises como o elemento característico da ascensão da intolerância contra as forças democráticas brasileiras e um marco do avanço do conservadorismo na atual década.

Sob uma análise acurada dos divergentes posicionamentos sobre as denominadas “Jornadas de Junho” de 2013 (ainda que sobre o mesmo fenômeno que se revela como situação concreta), levamos em conta três elementos conjunturais daquele momento: as demandas concretas da classe trabalhadora por direitos (transporte, educação, saúde, contra a priorização dos gastos sociais com os megaeventos); a resposta criminalizadora com que o governo de Dilma Rousseff tratou as manifestações; e o contexto precedente das eleições presidenciais de 2014.

Acerca desses fenômenos, cabe rememorar que a resposta da classe trabalhadora aos aumentos das passagens – em São Paulo e Natal – anunciados no primeiro semestre de 2013 soou como uma fagulha para incendiar uma parcela da população que sentia no cotidiano as consequências da prioridade da destinação dos recursos públicos para pagamento da dívida externa e a execução de políticas sociais com base em critérios rígidos e transferência de renda, conforme demonstra a seguinte afirmação:

Através de um ‘contrato social’ pactuado junto aos setores economicamente dominantes, o tom da governabilidade foi dado pela imperiosa necessidade do equacionamento da crise fiscal, sinônimo de endividamento público crescente e focalização das políticas sociais (MARQUES, 2015, p. 199).

As reivindicações por direitos, que dão o tom aos protestos iniciados em 2013, ainda que com convocações virtuais, aglutinou movimentos, partidos e organizações coletivas da classe trabalhadora, mesmo sem uma unidade consensual sobre suas participações pelo conjunto de participantes.

Tais protestos também são motivados por meio da disseminação de greves que vinham acontecendo já na segunda década, com um total de 873 greves realizadas pelo movimento sindical em 2012 (cf. BOITO JR., 2018).

Reconhecemos a legitimidade das motivações que levam parcelas de trabalhadores/as para as ruas, ainda mais quando observamos que a dessas mobilizações pela mídia foi de cunho criminalizador, o que não se deu, por exemplo, em 2015, quando se tratava de manifestações *pró-impeachment*.

A criminalização desses movimentos não veio exclusivamente dos conglomerados da informação e de sua ojeriza às camadas populares, que integravam as mobilizações naquele ano,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

mas do modo repressor como as forças armadas nos Estados intervirem usando do discurso de combate ao terrorismo. Isso culminou na aprovação, menos de três anos depois, da Lei Federal nº 13.260/2016, chamada “Lei de Combate ao Terrorismo”, sancionada ainda no mandato da presidenta Dilma Rousseff.

Entretanto, se há algo a que não ousamos negar é que os grupos políticos de oposição ao PT usaram do espaço das manifestações das ruas em 2013 para alcinhar suas palavras de ordem contra o governo Dilma, aliados às frações mais reacionárias que exigiam o abaixamento das bandeiras e quaisquer símbolos partidários e de movimentos sociais – que ganhou corpo se estendendo à polarização das eleições presidenciais de 2014, e, para além delas, fortaleceu o reacionarismo que ocupou as ruas em 2015, sendo essas expressões puramente direitistas, antidemocráticas e contra os direitos.

Apesar desse caráter contraditório, o movimento apresentado na dinâmica da realidade àquela altura revelou uma heterogeneidade nas multidões que ocuparam as ruas, mas não eliminou a concretude das demandas por direitos apresentadas naquelas jornadas.

Nos aproximamos, desse modo, da seguinte análise de Mattos (2016, p. 95):

[...] apesar de toda a heterogeneidade de seus manifestantes e pautas, assim como dos momentos em que um viés reacionário foi sensível nas mobilizações, as ‘jornadas de junho’ de 2013 possuíram um sentido de classe, em seu eixo central e nos seus desdobramentos (MATTOS, 2016, p. 95).

Após a reeleição da presidenta Dilma Rousseff, em 2014, as tensões da polarização que marcaram o processo eleitoral – sobretudo no segundo turno – não deram trégua e as camadas da população que apoiaram as propostas da direita liberal àquela altura, representada pelo Partido da Social-Democracia Brasileira (PSDB), começaram a questionar os resultados das urnas, e, no ano seguinte, organizaram vários atos nas ruas, expressando o antipetismo e fortalecendo a perspectiva antidemocrática e antidireitos.

Se o projeto conciliatório do mandato anterior ao da presidenta Dilma já sofria as chantagens do mercado, cedendo gradativamente às suas investidas, a transição ao seu segundo governo combinava instabilidade conciliatória e descrédito popular, processo que Anderson (2020, p. 93) nos descreve com a seguinte síntese:

Antes mesmo de seu segundo mandato começar formalmente Dilma mudou de rumo. De uma hora para outra, passou a dizer que era preciso instituir uma pitada de austeridade. O arquiteto da tal ‘nova matriz econômica’ foi demitido, e o diretor de gestão de ativos do

segundo maior banco privado do Brasil, formado em Chicago, assumiu o Ministério da Fazenda com a missão de frear a inflação e restaurar a confiança. Agora era imperativo cortar os gastos sociais, reduzir o crédito dos bancos públicos, leiloar propriedades do Estado e aumentar impostos para trazer o orçamento de volta ao superávit primário (ANDERSON, 2020, p. 93).

Há também como elemento complicador a crise do capital mundial, que tem início em 2008, cujos efeitos são sentidos com maior força no Brasil a partir de 2013/2014. De certo modo, isso também contribuiu para as medidas tomadas, embora fossem desfavoráveis à maioria da população.

Nesse fogo cruzado, Dilma encaminhou ao Senado a PEC 87/2015, propondo o aumento do percentual da Desvinculação dos Recursos da União (DRU) de 20% para 30% até dezembro de 2023. Com essa medida, aprovada em 2016 já sob o comando presidencial de Michel Temer, o governo pôde destinar 30% dos recursos arrecadados pela União para a Seguridade Social, dando forma ao ajuste fiscal favorável ao mercado e oneroso para a classe trabalhadora, que, em seu conjunto, sustenta a somatória da arrecadação fiscal sob uma política notoriamente injusta.

Entretanto, os resultados da conciliação de classes operada nos governos Lula e Dilma, ainda que favoráveis à cúpula da burguesia aliada desses mandatos, não foram totalmente aceitos pelos grupos dominantes, que exigiam cada vez mais recuos das medidas voltadas ao social, o que implicava a metamorfose do social-liberalismo ao ultraliberalismo à tendência contemporânea das políticas econômicas e sociais no Brasil.

A aliança entre essa proposta econômica com um projeto político conservador e antidemocrático se configurou por meio do golpe institucional contra a presidenta Dilma Rousseff, processo que tramitou de setembro de 2015 a agosto de 2016 e evidenciou a intolerância dos grupos dominantes da política brasileira, com qualquer abertura da institucionalidade pública aos grupos populares mais pauperizados, algo que vinha sendo tolerado pela elite empresarial e bancária a altos custos pagos pelo conjunto dos/as trabalhadores/as pela conciliação de classes entre o PT e seus aliados, tendo em vista que parte substancial da arrecadação do Fundo Público ou era transferida dos recursos da Seguridade via DRU, ou pagos diretamente via juros da dívida externa, em valores superiores aos investimentos sociais.

Entendemos que o golpe, em um contexto de pressão do capital em seu processo de crise e em um país de capitalismo periférico, a partir da perspectiva teórico política marxista, conforme caracterizado por Mascaró (2018, p. 71), “[...] é a alteração de padrões sociais que, em última instância, repercutem ou são determinados pela dinâmica do capital”.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Sob a qualificação de *impeachment* por parte de parcela significativa da população que foi às ruas desde 2015 por parlamentares de oposição à presidente Dilma e pela mídia hegemônica, ao passo que tramitava atendendo aos prazos e aos trâmites institucionais do Estado brasileiro, se configurou como um golpe orquestrado e operado no interior dessas instâncias, a exemplo da Câmara dos Deputados Federais, do Senado Federal e do Poder Judiciário, considerando que as acusações de pedaladas fiscais que originou o pedido de *impeachment* e sua aceitação pelo então presidente da Câmara Eduardo Cunha não constituía, de fato, crime inconstitucional.

Não podemos esquecer que “[...] esses acontecimentos, demarcados como políticos podem perfeitamente ser entendidos como a disputa de um projeto econômico, o que amplia a complexidade do debate” (BECKER *et al.*, 2019, p. 251).

Além disso, a conjugação do fortalecimento dos grupos da extrema direita a partir de 2015, a tendência ao fim do ciclo social-liberal e o *impeachment* contra a presidente eleita convergiram para uma conjuntura de ofensiva à democracia brasileira, conforme descrito por Miguel (2016a, p. 30):

A revolta canalizada pelas elites contra os governos petistas, apesar de todo o esforço conciliatório, revela que algum limite foi ultrapassado, talvez porque o que o PT promoveu foi uma acomodação, isto é, suas lideranças e suas bases foram de fato incorporadas – respectivamente, com a ocupação de espaços no Estado e com políticas de governo em favor dos mais pobres. Mas a tolerância das classes dominantes brasileiras em relação à democracia formal parece ir muito pouco além da concessão do sufrágio universal. O povo até pode votar, mas que os tomadores de decisão levem em conta minimamente os interesses das classes populares já é motivo para escândalo (MIGUEL, 2016a p. 30).

No que se refere à fragilidade da ainda jovem Constituição Brasileira de 1988, cabe destacar que, nesse momento em que as perspectivas antidemocráticas se fortalecem no âmbito das disputas entre os projetos políticos em cena no Brasil, três elementos se sobressaem: o primeiro deles trata-se da especificidade de um golpe, que visa privilegiar o partido do vice-presidente Michel Temer, até então aliado ao governo e beneficiado direto pelo golpe, com a ascensão do vice-presidente Michel Temer à presidência, o que nos leva ao segundo elemento: o fato de que os grupos econômicos dominantes, de viés conservador, não surgem na cena política no momento do desfecho de 2016, mas vêm ampliando sua participação por meio de frechas no espaço político nos anos 2000; e, por último, temos que a argumentação que embasa os conservadores remontam a um fundamentalismo religioso que nega os avanços políticos aos quais nos referimos no capítulo anterior.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Tais elementos se constituem em pilares ideológicos da tendência antidireitos que se instaura no país por meio de contrarreformas e desmontes de direitos, norteados, desde 2015, pelo plano político denominado *Uma Ponte para o Futuro*, elaborado pelo então vice-presidente Michel Temer e apoiado pelos seus cointeressados no golpe, consolidando o movimento de destruição do Estado social, conforme Oliveira (2019) assinala:

Longe de dar conta da complexidade que envolve o caminho das políticas sociais a partir da instauração do modelo neoliberal, da conciliação entre suas estratégias e ganhos sociais no neodesenvolvimentismo e no esgotamento dessa estratégia rumo a uma programática de total desmonte, destacamos a tendência a um tratamento cada vez menos público das políticas sociais, mesmo levando em conta a democracia pós-Constituição nos anos 1990 e os discursos de avanço no combate à desigualdade, marcadamente na primeira década dos anos 2000 (OLIVEIRA, 2019, p. 279).

O ultraliberalismo presente no projeto *Uma ponte para o Futuro*, apresentado pelo PMDB e sinalizando uma ruptura total da aliança com o PT nos últimos anos, revelava tanto a intencionalidade do golpe como a tendência à austeridade com o fundo público.

A funcionalidade ideopolítica do golpe disfarçado de *impeachment* vem sendo revelada cotidianamente na força paramilitar do Estado, cujos ministérios são majoritariamente ocupados por militares; no fechamento de órgãos institucionais e ministérios que representavam espaços importantes para a elaboração de políticas no campo do trabalho, da previdência social e dos direitos humanos, ao mesmo tempo, impõe-se para as lutas sociais em defesa de direitos o desafio de incidir politicamente em um contexto cada vez mais adverso.

A ausência de um projeto representante dos interesses da classe trabalhadora reatualiza a trágica possibilidade de aprofundamento da barbárie anunciada pelo capital, conforme advertia Marx (2011) no contexto do bonapartismo francês, o que cabe em uma análise da narrativa conservadora do Brasil dos anos 2000:

Eles 'salvaram' a sociedade dos 'inimigos da sociedade'. O lema repassado por eles às suas tropas consistia nas palavras-chave da antiga sociedade: '*Propriedade, família, religião, ordem*', instigando a cruzada contrarrevolucionária com a frase: 'sob este signo vencerás'. (MARX, 2011, p. 36, grifos do autor).

Embora caiba uma ressalva sobre a ausência de uma revolução brasileira, há um discurso antiprogressista: a intolerância com qualquer proposta de transformação social encontra, em contrapartida, uma reação burguesa conservadora sob a acusação de destruição da ordem, não por acaso apelando para a família e religião em suas bases tradicionais, pois:

Toda e qualquer reivindicação da mais elementar reforma financeira burguesa, do mais trivial liberalismo, do mais formal republicanismo, da mais banal democracia é simultaneamente punida como “atentado contra a sociedade” e estigmatizada como ‘socialismo’ (MARX, 2011, p. 37).

O discurso parlamentar em torno de família, propriedade, religião e ordem foi a tônica do golpe de destituição da ex-presidente Dilma Rousseff pelos deputados e senadores, acrescidos do discurso hipócrita anticorrupção, tendo em vista que alguns deles posteriormente foram condenados e até presos por envolvimento em esquemas de corrupção, além de parte das bancadas terem recebido recursos em troca do voto que decidiria o futuro da presidência e da democracia.

A representação político-parlamentar da direita brasileira, que já se encontrava em ascensão naquele momento, incluía ao mesmo tempo os representantes do neoliberalismo e do conservadorismo, indo desde discursos contrários a expansão de políticas e serviços públicos e em defesa de corte de gastos estatais até aos argumentos em nome de Deus e da família, reafirmando os tradicionais valores de uma direita que não se envergonha:

Aqueles que defenderam o *impeachment*, supostamente em nome de suas famílias, são os mesmos que votam as propostas que mais atacam as condições de vida da maioria da população brasileira. Eles operam e ratificam o desmonte do Estado e das políticas públicas de educação, saúde, seguridade social, alimentação. (VITÓRIA; FARIA; MORENO, 2016, p. 27, grifo nosso).

Ao analisar o discurso dos deputados federais na votação do processo de impeachment contra a ex-presidente Dilma, no dia 17 de abril de 2016, Almeida, R (2018) identificou um forte apelo a expressões como Deus, família, nação e corrupção por parte significativa dos 513 deputados:

A expressão ‘pedaladas fiscais’, acusação formal do processo jurídico-político, foi citada apenas oito vezes entre os 367 deputados que votaram a favor do *impeachment*, e foi desses que veio a quase totalidade das referências a deus – 43 vezes –, à (sua) família e à nação. Em várias declarações, família – 117 vezes – veio associada aos termos ‘honra’, ‘respeito’ e ‘consciência’, buscando significar honestidade e bom caráter de quem a evocou. E o apelo à nação – 28 vezes – não era um discurso identitário cultural ou protecionista econômico como é muito recorrente em contextos internacionais contemporâneos. Além do sentido mais de geral de unidade, o termo nação expressou um patriotismo que identificou na corrupção do Estado um crime contra o país (ALMEIDA, R. 2018, p. 168-169).

Ao legitimar um ataque à democracia por dentro da própria estrutura democrática, a classe dominante brasileira triunfa em sua perspectiva de ataque aos direitos e passa, a partir de então,



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

a pôr em prática seu projeto de desmonte das garantias trabalhistas e sociais em dois momentos complementares: de 2016 a 2018, prioritariamente com a ascensão e consolidação da austeridade fiscal estatal; e de 2019-2020, com o aprofundamento da ofensiva conservadora e o fortalecimento do fundamentalismo e da militarização, inclusive com cadeiras cativas na esfera governamental.

Em outras palavras, o projeto posto em prática por Michel Temer (2016-2018), que caracterizou o adensamento do neoliberalismo, indo do social-liberal ao ultraliberalismo, serviu de base para o atual contexto – governo Bolsonaro – de legitimidade dos discursos antidireitos e apelo para um Estado cada vez menos laico, que transportou a simbologia da família dos discursos *pró-impeachment* para a política de governo via Ministério da Família e dos Direitos Humanos, cuja ministra ocupante da direção desse órgão representa o que há de mais fundamentalista, se posiciona contra a diversidade sexual e de gênero e apregoa a defesa de um lugar tradicional para as mulheres.

Nessa perspectiva, quando ainda estava no exercício provisório do cargo de presidente, Michel Temer publicou a Medida Provisória nº 726/2016, propondo a revogação da Lei nº 10.683/2003 – que dispunha sobre a organização da Presidência da República e dos ministérios –, assinando a então proposta de Reforma Ministerial, tornando-se a Lei nº 13.341/2016, sancionada em abril do mesmo ano.

Por meio dessa lei, foi formalizada a extinção dos ministérios da Previdência Social, do Desenvolvimento Agrário, da Ciência e Tecnologia e das Comunicações e Cultura, sendo este último posteriormente reintegrado diante das inúmeras manifestações dos movimentos culturais.

Ao anunciar o “novo” escalão de ministros em maio de 2016, o então presidente Michel Temer mesclou, em um grupo de “senhores” brancos, ex-ministros dos governos do PT – integrantes do então Partido Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), hoje MDB – aliados a componentes do PSDB e do Democratas (DEM), em um flagrante contraste com a tentativa de inserção de segmentos populares, tais como negros/as, indígenas, mulheres e população LGBTQIA+ nas decisões e ações institucionais no país, como bem observado por Brum (2019, p. 153):

De imediato, a fotografia produziu estranhamento. Como um retrato do presente que já surge amarelado, com pontos de mofo aqui e ali, clamando por uma naftalina para enfrentar as traças. Só brancos, só homens, só velhos. Nenhuma mulher. Nenhum negro. Nenhum indígena. Esse retrato era uma imagem poderosa porque não representava o Brasil de 2016. Era também uma mensagem poderosa. A ‘ponte para o futuro’ – nome do projeto apresentado pelos grupos que apoiavam o *impeachment* – era uma ponte para o passado,

ou nem isso. Talvez o mais exato a dizer é que era uma ponte que foi construída já quebrada, o rompimento incluído no projeto de engenharia, para que não houvesse como alcançar qualquer futuro que não fosse passado (BRUM, 2019, p. 153, grifo nosso).

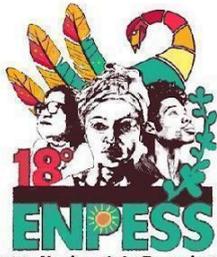
Tratava-se de um prenúncio do que estaria por vir no curto tempo em que Temer esteve na condução presidencial do País (de setembro de 2016 a dezembro de 2018). A aceleração de Medidas Provisórias e Leis que visavam destituir direitos e uma agenda política com base na austeridade fiscal foi a tônica desses poucos mais de dois anos, expressando a vitória de um projeto antidemocrático que, agindo sem medo de ameaças, fortaleceu discursos e práticas políticas retrocedentes, como a defesa da volta da Ditadura Militar, a solução da segurança pelas propostas de armamento da população, os discursos de morte e violência de grupos e indivíduos opositores à direita, a exemplo do brutal assassinato da vereadora Marielle Franco, do Rio de Janeiro, em 14 de março de 2018.

O golpe, enquanto mecanismo de legitimação de um projeto antidemocrático que saiu vitorioso em 2016, cumpre a função de aceleração do caráter antidireitos desse mesmo projeto. Ainda em 2016, com uma acelerada tramitação da EC nº 241/2016 (aprovada na Câmara dos Deputados Federais) e da EC nº 55/2016, aprovadas no Senado Federal, o Congresso Brasileiro aprovou, aligeiramente, a EC nº 95/2016, referente ao teto dos gastos públicos, congelando-os por 20 anos, podendo ou não ser revisado em dez anos.

Simultaneamente, a concretude das consequências da PEC nº 95/2016 é a extensão do golpe, que, aparentemente, era contra a presidenta Dilma Rousseff e o PT ao conjunto da população, beneficiária das políticas previstas na Seguridade Social brasileira e agora submetidas a um regime fiscal ainda mais limitado. Conforme descreve Mariano (2017, p. 261):

O novo regime fiscal suspende, por consequência, o projeto constituinte de 1988, e retira dos próximos governantes a autonomia sobre o orçamento, salvo se houver, no futuro, em uma nova gestão, outra proposta de emenda constitucional em sentido contrário. Retira também do cidadão brasileiro o direito de escolher, a cada eleição, o programa de governo traduzido no orçamento e, com isso, decidir pelas políticas públicas prioritárias para o desenvolvimento econômico (MARIANO, 2017, p. 261).

A ofensiva ideopolítica da classe dominante também se expressa, depois dessa PEC, na impossibilidade da incidência popular no Orçamento Público, além de contrariar as lutas populares que se colocaram contrárias à aprovação dessa PEC, com destaque para as ocupações de estudantes em escolas, institutos e universidades em todo o país.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

Na sequência do projeto antidireitos de seu governo, Michel Temer sancionou, em 2017, a denominada Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467/2017), que desmontou a Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT) existente desde 1943 sob o argumento de uma flexibilização das relações de trabalho, necessária, conforme os defensores dessa contrarreforma, para ampliar os mecanismos de contratação de empregados, ou seja, facilidades para contratantes e perda de direitos conquistados há décadas para os/as trabalhadores/as formais.

Ante a uma funcional ausência de consciência de classe em si e para si por parte do conjunto de trabalhadores e trabalhadoras, o argumento da flexibilização e da modernização das leis que regem os contratos de trabalho e os argumentos ideopolíticos casam com os interesses econômicos, ao passo que contrapõem os trabalhadores formais, minimamente protegidos em comparação aos informais, sem nenhuma proteção. Desse modo, corroboramos que:

O discurso é completado com a crítica ao corporativismo dos defensores da legislação vigente, que estariam preocupados com seus interesses egoístas, e não com o bem-estar da sociedade. O objetivo desse discurso é duplo: sensibilizar a população para que aceite o rebaixamento e a distinção de direitos e a contrapor segmentos 'incluídos' aos 'excluídos' já que a ausência de direitos da maioria é explicada pelo 'excesso' de direitos de uma minoria 'privilegiada' que não teria compromisso com os mais pobres (TEIXEIRA *et al.*, 2017, p. 45-46).

Na esteira do desmonte do que caracterizava o Estado Social brasileiro, a proposta de Reforma da Presidência (EC nº 287/2106) estava legitimada pelo contexto contrarreformista escancarado a partir de 2016, vindo a ser aprovada em 2019 (EC nº 103/2019), primeiro ano do mandato do então presidente Jair Bolsonaro cuja vitória nas eleições de 2018 expressou a legitimação nas urnas de uma vontade popular de base ainda mais conservadora em meio à continuidade e ao fortalecimento do projeto ultraliberal.

Forjada desde o golpe de 2016 e arrojada com a operação lava-jato e a prisão do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva, único político do PT capaz de aglutinar apoio suficiente para uma eleição presidencial, a ofensiva ideológica antidemocrática e antidireitos se materializou em curto prazo, valendo-se também dos espaços encontrados no projeto de conciliação de classes operado pelo PT nos seus anos de governo.

Ampliando a idade mínima para aposentadorias, a média de tempo e dos valores de contribuição previdenciária, a Emenda Constitucional torna mais factual o direito à aposentadorias em um contexto em que o trabalho já se exerce sob condições cada vez mais precarizadas e mal remuneradas, enquanto lucros de bancos e empresas multinacionais instaladas no Brasil crescem



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

a cifras superestimadas, intensificando a concentração de renda e da riqueza socialmente produzida, como manda a “lei do capitalismo”.

### **Considerações inconclusas**

Como tragédia anunciada, o governo pós-golpe – portanto ilegítimo de Michel Temer – representou, a partir de agosto de 2016 e de maneira simultânea, uma derrota para os êxitos (embora limitados) sociais e políticos que configuraram o social-liberalismo característico da primeira década e um avanço da tendência destrutiva do Estado social e dos direitos então existentes, fortalecendo sua tendência mais conservadora, que, por sua vez, culminou na eleição do atual presidente Jair Bolsonaro, cujo projeto político em curso aprofunda significativamente a perspectiva de ataque aos direitos, acrescido de discursos de ódio e violência contra as mulheres, a população LGBTQIA+, a população negra, indígena e quilombola, os movimentos sociais e os sindicatos.

Do ponto de vista normativo, a incidência ideopolítica do caráter antidemocrático e antidireitos se revela no ataque à previsão constitucional que definia os valores a serem investidos nas políticas sociais públicas, sobretudo na Educação, na Saúde e na Assistência Social, que tenderão a uma maior precarização tendo em vista que já estavam submetidas à precarização e ao sucateamento.

Todas essas investidas tomam como base o entendimento de que os investimentos públicos na área social constituem um desperdício e oneram o Estado e se sustentam em ações antidemocráticas e antidireitos quando impulsionam a destituição de regulamentações de direitos resultantes da incidência popular, aliando liberalismo e conservadorismo. Além disso, tais medidas impõem desafios particulares para as mulheres, considerando suas especificidades em relação aos direitos.

### **Referências**

ALMEIDA, R. Deuses do Parlamento: os impedimentos de Dilma. In: ALMEIDA, R.; TONIOL, R. (org.). *Conservadorismos, fascismos e fundamentalismos: análises conjunturais*. Campinas: Editora da Unicamp, 2018. p. 162-193.

ANDERSON, P. *Brasil à parte: 1964-2019*. São Paulo: Boitempo, 2020.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social

BECKER, C. *et al.* Manifestações e votos ao impeachment de Dilma Rousseff na primeira página de jornais brasileiros. In: SOLANO, E.; ROCHA, C. (org.). *As direitas nas redes e nas ruas: a crise política no Brasil*. São Paulo: Expressão Popular, 2019. P.247-276

BOITO JR., A. *Reforma e crise política no Brasil: os conflitos de classe nos governos do PT*. São Paulo: Editora Unesp, 2018.

BRUM, E. *Brasil, construtor de ruínas: um olhar sobre o Brasil de Lula a Bolsonaro*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2019.

GUIOT, A. *Dominação burguesa no Brasil: estado e sociedade civil no Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social (CDES) entre 2003 e 2010*. 2015. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

MARIANO, C. M. Emenda Constitucional 95/2016 e o teto dos gastos públicos: Brasil de volta ao estado de exceção econômico e ao capitalismo do desastre. *Revista de Investigações Constitucionais*, Curitiba, v. 4, n. 1, p. 259-281, 2017.

MARQUES, M. *Em busca da revolução brasileira: uma análise crítica da estratégia democrático-popular*. Curitiba: Prismas, 2015.

MARX, K. *O 18 Brumário de Luís Bonaparte*. Tradução: Nélio Schneider. São Paulo: Boitempo, 2011.

MASCARO, A. *Crise e o golpe*. São Paulo: Boitempo, 2018.

MATTOS, M. B. De junho de 2013 a junho de 2015: elementos para uma análise da (crítica) conjuntura brasileira. In: DEMIER, F.; HOVELER, R. (org.). *A onda conservadora: ensaios sobre os atuais tempos sombrios no Brasil*. Rio de Janeiro: Mauad, 2016. P. 93-106.

MIGUEL, L. F. A democracia na encruzilhada. In: JINKINGS, I.; DORIA, K.; CLETO, M. (org.). *Por que gritamos golpe? Para entender o impeachment e a crise política no Brasil*. São Paulo: Boitempo, 2016a. P. 29-33.

OLIVEIRA, L. Reforma gerencial, neodesenvolvimentismo e ponte para o futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras. *Revista Ser Social*, Brasília, v. 21, n. 45, p. 263-283, 2019.

TEIXEIRA, M. *et al.* (org.). *Contribuição crítica à reforma trabalhista*. Campinas: CESIT/UNICAMP, 2017.

VITÓRIA, C.; FARIA, N.; MORENO, T. *Reação patriarcal contra a vida das mulheres: debates feministas sobre conservadorismo, corpo e trabalho*. São Paulo: Sempreviva Organização Feminista, 2016.



Encontro Nacional de Pesquisadoras  
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024  
ISSN 2965-2499

---

Relações de classe e raça-etnia:  
desafios a uma formação profissional  
emancipatória no Serviço Social